

# Associação Congregação de Santa Catarina

## Centro de Referência do Idoso da Zona Norte - CRI Norte

CNPJ nº 60.922.168/0028-04

### Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.231	3.214
Estoques		105	86
Créditos diversos		85	98
<b>Total ativo circulante</b>		<b>2.421</b>	<b>3.398</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		8	8
Imobilizado	5	4.878	5.362
Intangível	5	79	153
		4.957	5.515
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>4.965</b>	<b>5.523</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.386</b>	<b>8.921</b>
		<b>7.386</b>	<b>8.921</b>
		<b>7.386</b>	<b>8.921</b>

Demonstrações de resultados Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2016	2015
<b>Receitas operacionais líquidas</b>			
Receitas de Contrato de Gestão - Estadual	11	16.711	16.087
Trabalho voluntário	3L	45	38
		16.756	16.125
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
Pessoal e encargos	12	(9.374)	(8.767)
Serviços profissionais	13	(7.337)	(6.716)
Materiais e medicamentos		(750)	(730)
Depreciação e amortização	5	(639)	(691)
Gerais e administrativas		(319)	(193)
Impostos taxas e contribuições		(12)	(10)
(Provisão) reversão para contingências		(34)	12
Outras receitas operacionais líquidas		211	194
Trabalho voluntário	3L	(45)	(38)
		(18.299)	(16.939)
<b>Déficit operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(1.543)</b>	<b>(814)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>			
Receitas financeiras		390	470
Despesas financeiras		(11)	(5)
		379	465
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(1.164)</b>	<b>(349)</b>

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Déficit acumulado	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	1.193	1.093	2.286
Incorporação do déficit do exercício	1.093	(1.093)	-
Déficit do exercício	-	(349)	(349)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.286</b>	<b>(349)</b>	<b>1.937</b>
Incorporação do déficit do exercício	(349)	349	-
Déficit do exercício	-	(1.164)	(1.164)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.937</b>	<b>(1.164)</b>	<b>773</b>

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** A Associação Congregação de Santa Catarina, qualificada como Organização Social de Saúde, através do Contrato de Gestão e Operacionalização, denominado "Contrato de Gestão", firmado com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo em 21 de janeiro de 2005, assumiu a operacionalização do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte ("Entidade"), visando a desenvolver o programa de modernização de gestão de saúde no âmbito de atendimento ambulatorial no Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 4 de junho de 1998. A Entidade é localizada na Zona Norte de São Paulo, atuando nas atividades e serviços prestados para a população idosa, sendo um modelo ambulatorial de assistência especializada. Foi firmado um novo Contrato de Gestão em 21 de janeiro de 2015 que estabelece o prazo de 5 anos de duração, seu encerramento está previsto para 21 de janeiro de 2020. Adicionalmente, a renovação da continuidade da gestão do contrato está condicionada a demonstração dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas no Contrato de Gestão, além da concordância de ambas as partes. O referido contrato, fixa as verbas orçamentárias a serem repassadas à Associação Congregação de Santa Catarina para o custeio das operações do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte para o ano seguinte. A Entidade, por meio do Contrato de Gestão, contribui para o atingimento dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto 7.237/2010, e alterada pela Lei 12.868/2013, regulamentada pelo Decreto 8.242/2014, chamada "Lei da Filantropia", regulamentada pela Associação Congregação de Santa Catarina.

**2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 16 de fevereiro de 2017.

**b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão na seguinte nota explicativa: **• Nota explicativa nº 7 - Provisão para contingências.**

**3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem créditos diversos.

**Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **(iii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas, ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015, incluindo operações de *hedge*. **b. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. **(ii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro

valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Instalações	10 anos
Aparelhos, medicina e cirurgia.	10 anos
Instrumentos de cirurgia	10 anos
Móveis e máquinas	10 anos
Instrumentos sonoros	10 anos
Benfeitorias	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**d. Ativos intangíveis: (i) Reconhecimento, mensuração e amortização.** O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (*software*), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% ao ano. **e. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se sua evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisões.

**f. Provisão, passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Demais ativos circulantes e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **h. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. **i. Receitas - Contratos de Gestão:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de prestações de serviços é gerada com base no Contrato de Gestão firmada com a Secretaria da Saúde do Estado São Paulo, em que a Associação Congregação de Santa Catarina assumiu a gestão e operacionalização do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte. **j. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias.

**k. Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **l. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

### 5. Imobilizado e intangível

	Instalações	Aparelhos de medicina e cirurgia	Instrumentos de cirurgia	Móveis e máquinas	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Instrumentos sonoros	Benfeitorias	Direito de uso de software	Total
<b>Custo</b>										
Saldo em 1º de janeiro de 2015	314	1.193	38	1.507	49	936	16	5.039	776	9.868
Adições	13	19	13	19	-	77	3	2	52	198
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<b>327</b>	<b>1.212</b>	<b>51</b>	<b>1.526</b>	<b>49</b>	<b>1.013</b>	<b>19</b>	<b>5.041</b>	<b>828</b>	<b>10.066</b>
Adições	5	31	1	15	-	10	-	-	-	63
Cessão de uso de bens SES/SP	-	115	-	306	-	3	-	-	-	424
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>332</b>	<b>1.358</b>	<b>52</b>	<b>1.847</b>	<b>49</b>	<b>1.026</b>	<b>19</b>	<b>5.041</b>	<b>828</b>	<b>10.553</b>
<b>Depreciação e amortização</b>										
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(141)	(752)	(26)	(726)	(49)	(655)	(7)	(919)	(585)	(3.860)
Depreciação e amortização no período	(31)	(109)	(5)	(146)	-	(106)	(2)	(202)	(90)	(691)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<b>(172)</b>	<b>(861)</b>	<b>(31)</b>	<b>(872)</b>	<b>(49)</b>	<b>(761)</b>	<b>(9)</b>	<b>(1.121)</b>	<b>(675)</b>	<b>(4.551)</b>
Depreciação e amortização	(31)	(93)	(3)	(149)	-	(85)	(2)	(202)	(74)	(639)
Cessão de uso de bens SES/SP	-	(111)	-	(292)	-	(2)	-	-	-	(405)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>(203)</b>	<b>(1.065)</b>	<b>(34)</b>	<b>(1.313)</b>	<b>(49)</b>	<b>(848)</b>	<b>(11)</b>	<b>(1.323)</b>	<b>(749)</b>	<b>(5.596)</b>
<b>Valor contábil</b>										
Em 31 de dezembro de 2015	155	351	20	654	-	252	10	3.920	153	5.515
Em 31 de dezembro de 2016	129	293	18	534	-	178	8	3.718	79	4.957

(a) No ano de 2016 a Entidade recebeu por cessão de uso de bens por parte Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - SES, aparelhos e equipamentos médicos, moveis e utensílios e equipamentos de processamento de dados no valor líquido de R\$ 19. Os bens foram contabilizados considerando o valor de custo e depreciação acumulada histórica conforme termo de cessão emitido pela SES.

### 6. Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Ordenados a pagar	387	333
Provisão para férias e encargos sociais	701	665
Encargos e contribuições sociais	121	115
	<b>1.209</b>	<b>1.113</b>

### 7. Contingências:

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

	2016	2015
Provisões para contingências	32	-

**Riscos avaliados como perdas possíveis:** Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entida-

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Déficit do exercício</b>	<b>(1.164)</b>	<b>(349)</b>
Resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>(1.164)</b>	<b>(349)</b>

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Déficit do exercício</b>	<b>(1.164)</b>	<b>(349)</b>
Provisão para contingência	32	45
(Reversão) de provisão para contingência	-	(57)
<b>Déficit do exercício ajustado</b>	<b>(1.132)</b>	<b>(361)</b>
<b>(Aumento)/redução nos ativos em:</b>		
Estoques	(19)	(4)
Créditos diversos	13	(22)
Depósitos judiciais	-	(1)
<b>Aumento/(redução) nos passivos em:</b>		
Fornecedores	24	(8)
Obrigações trabalhistas	96	63
Obrigações tributárias	23	28
Outras contas a pagar	12	2
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(983)</b>	<b>(303)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	(63)	(198)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(63)</b>	<b>(198)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado/intangível	63	198
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>63</b>	<b>198</b>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(983)</b>	<b>(303)</b>
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	3.214	3.517
No fim do exercício	<b>2.231</b>	<b>3.214</b>
	<b>(983)</b>	<b>(303)</b>

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2016 foi reconhecido o valor de R\$ 45 (R\$ 38 em 2015), referentes a trabalhos voluntários. **m. Gerenciamento de risco financeiro:** A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco

de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 4 de junho de 1998. Este contrato estabeleceu o prazo de vigência determinado. A legislação estadual regulamentou a parceria com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de firmar Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), visando ao gerenciamento de hospitais e equipamentos públicos de saúde. A Lei determinou ainda que os hospitais gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do SUS. A remuneração dos Contratos de Gestão e Operacionalização é definido de acordo com suas características de atendimento, um orçamento de custeio pré-fixado, com base em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do hospital e em indicadores de organização do serviço. (b) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), em cumprimento ao Contrato de Gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

**12. Custos e despesas operacionais - Pessoal e encargos**

	2016	2015
Salários e ordenados	(5.783)	(5.517)
Benefícios a funcionários	(1.508)	(1.340)
Férias, 13º salário e encargos sociais	(1.170)	(1.073)
Encargos sociais	(690)	(633)
Verbas indenizatórias	(223)	(204)
	<u>(9.374)</u>	<u>(8.767)</u>

**13. Custos e despesas operacionais - Serviços profissionais**

	2016	2015
Repasso de honorários médicos (a)	(4.289)	(3.704)
Serviços técnicos contratados (b)	(3.048)	(3.012)
	<u>(7.337)</u>	<u>(6.716)</u>

(a) Valores relativos aos atendimentos apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento. (b) Os montantes são relacionados aos prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de

atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços. **14. Tributos e contribuições (renúncia fiscal):** Em atendimento ao item 27 letra "c" da ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. **Isenção previdenciária usufruída:** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212 /91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à isenção usufruída - INSS. As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. **15. Instrumentos financeiros:** A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo:** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos. **Instrumentos financeiros "não derivativos":** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reco-

nhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: • **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); • **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2. Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, a Entidade está sujeita aos fatores de: **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundo de renda fixa. **16. Avais, fianças e garantias:** A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2016 e 2015.

**Maria Gregorine**  
Presidente do Conselho de Administração

**Carlos André Uehara**  
Diretor Executivo

**Marcelo Coli Fernandes**  
Diretor Corporativo de Controladoria

**Paula Alessandra Spati**  
Contadora - CRC/SP nº 1SP229412/O-0

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Administradores da Associação Congregação de Santa Catarina - Centro de Referência do Idoso da Zona Norte - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das de-

monstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações fal-

sas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16 de Fevereiro de 2017



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Marcelo Pereira Gonçalves**  
Contador CRC 1SP220026/O-3